Governo tem até setembro para dizer se autoriza furo petrolífero no Alentejo

4 de Agosto, 2016

Com o encerramento da consulta pública sobre o pedido do consórcio Eni-Galp para realizar o primeiro furo de exploração petrolífera em águas ultraprofundas da costa alentejana, a Direcção-Geral de Recursos Naturais, Segurança e Serviços Marítimos (DGRM) tem agora 30 dias para emitir um parecer, confirmou ao PÚBLICO fonte oficial do Ministério do Mar. Este é, no entanto, um calendário que dificilmente servirá os objectivos das empresas do consórcio de exploração petrolífera no Alentejo, que tinham previsto iniciar os trabalhos em Julho.

Segundo o jornal diário, o presidente da Galp, Carlos Gomes da Silva, admitiu recentemente que o arrastar do processo de aprovação deste título de utilização privativa do espaço marítimo nacional (TUPEM) deverá empurrar qualquer processo de prospecção na bacia do Alentejo para o próximo ano. Mas para que essa prospecção aconteça é preciso também que os prazos da concessão da Eni e da Galp, que termina no final deste ano, sejam revistos, adiantou o gestor, na conferência de imprensa de apresentação de resultados trimestrais – ou seja, as empresas e o Governo terão de chegar a um entendimento e de clarificar o futuro destas concessões.